

# TECNOLOGIA E CRÉDITO NA AGRICULTURA DE SÃO PAULO (\*)

ÉRICO DA ROCHA NOBRE (\*\*)

A atual organização econômica da agricultura no mundo é fruto dos progressos da Tecnologia, não só porque a libertaram da tendência da terra a perder sua fertilidade, quando submetida a um processo de cultivo contínuo, como ainda porque possibilitaram a produção em larga escala para o mercado e a especialização do agricultor naqueles produtos que rendam maior utilidade.

Nessa transformação revolucionária fundamental duma milenária economia de uso, em que a unidade de produção agrícola representava tradicionalmente um meio de direta satisfação de necessidades e a organização familiar a suplementava com pequenas indústrias domésticas rudimentares, é que passou a firmar-se tôda essa dramática "Questão Agrária" moderna. A Tecnologia forçou o abandono definitivo dos vetustos quadros duma comunidade medieval aldeã, para dar nascimento a uma agricultura que se caracteriza hoje em dia pelo sistema de cultivo individual do proprietário independente. Isso significa que, libertando-se de tôdas as restrições dum feudalismo antiquado, as massas rurais passaram a depender quase exclusivamente do valor de mercado dos seus produtos e dos preços que devem pagar pelos bens que agora não podem produzir mais, dado que a agricultura, por força de seu progresso tecnológico, passou a participar do sistema social da divisão do trabalho.

A "era tecnológica" atingiu em cheio, destarte, as atividades agrárias. As questões de alimentação, vestuário e habitação, a economia individual ou coletiva, os recursos naturais básicos, o bem-estar social, tudo em suma complicou-se extraordinariamente, pois a Tecnologia veio criar problemas profundamente complexos para a produção econômica das riquezas, a distribuição do produto social, o comércio e os preços. Tem sido por isso, não há dúvida, que o expansionismo capitalista da produção rural traz à tona, todos os dias e em tôdas as partes do mundo, a questão

---

(\*) Conferência pronunciada na ESAV.

(\*\*) Prof. Catedrático da Universidade de São Paulo.

premente do estabelecimento de certo equilíbrio entre as vantagens trazidas pela marcha espetacularmente ascendente da Tecnologia e a maior estabilidade da economia agrícola.

Esse aspecto da "Revolução Agrária" é o mais relevante de todos, dentro da estrutura capitalista moderna. E o é porque sendo a Tecnologia, em realidade, ciência, arte e invenção, parece ter afetado muito mais a agricultura do que mesmo a própria indústria. Aludimos, evidentemente, à produção e aos preços, que na primeira são muito menos certos do que na segunda. A razão é óbvia: — o industrial, por exemplo, ao controlar mais facilmente a produção de muitos de seus artigos, pode, até certo ponto, estabelecer de antemão certa proporcionalidade entre os elementos produtivos empregados e o produto obtido. De outra parte, e nisso devemos colocar maior ênfase, como não se vê diretamente sujeito aos ciclos de crescimento dos organismos vegetais e animais, às sistoles e diástoles da biologia, às variações climatéricas, à dinâmica das épocas de sementeiras e colheitas, o industrial pode enfrentar, com muito maior probabilidade de sucesso, as relações de mercado características da economia capitalista atual, isto é, os monopólios, as concorrências monopolísticas e os oligopólios, de que dependem os sistemas de preços de mercado para os seus produtos.

Isso, entretanto, não se verifica no setor agrário duma economia nacional, onde a produção, além de ter lugar através duma acentuada atomização das unidades produtivas, caracteriza-se por um processo de natureza descontínua dinâmica. E' por esse motivo que a Tecnologia influi tão acentuadamente sobre as flutuações dos preços agrícolas, sobretudo no sentido de torná-las mais ou menos desfavoráveis aos agricultores, sem que se possam controlar eficientemente. Assim tem sido sempre, de sorte que qualquer progresso tecnológico tem, em geral, efeitos importantes sobre a determinação do nível dos preços agrícolas, porque reduz os custos de produção, trazendo como consequência um aumento da oferta da produção agrária e isso, eventualmente, acarreta um declínio dos preços, que afeta a paridade de poder aquisitivo entre agricultura e indústria. Se, de outra parte, considerarmos que os produtos agrícolas geralmente têm ofertas e procuras inelásticas, facilmente aquilataremos quais as verdadeiras consequências econômicas das inovações tecnológicas, no campo da agricultura. Todos os recentes "esquemas" de valorização do café, da borracha e do estanho e todos os programas de restrição das colheitas, postos em prática pela política econômica americana do "New Deal"

com seu planejamento do "ever normal granary", são notórias tentativas de estabilização ou dos preços ou das rendas dos lavradores.

Nessa desigualdade de ajustamentos e reações que a agricultura e a indústria, respectivamente, ostentam em face do progresso técnico-científico moderno, é que podemos enxergar as causas da relativa debilidade da economia agrária duma nação. Não bastaria dizer, portanto, que as inovações tecnológicas na agricultura são indissimuladamente desejáveis, porque lhe elevam a rentabilidade, melhoram as condições de vida e o poder aquisitivo das populações camponesas, acenam a especialização regional em obediência ao soberano princípio econômico da vantagem comparativa e ampliam os mercados internos e externos. Tudo isso seria ponto pacífico em qualquer discussão sobre o estabelecimento das grandes linhas dum eficiente programa de fomento econômico das fainas rurícolas. Mas, o que mais releva notar no caso vertere é que não se devem pôr em plano secundário os problemas oriundos do fato de que as consequências das modificações tecnológicas introduzidas na agricultura seriam muito mais simples se não houvesse o complicado sistema de relações entre agricultura, indústria e outros segmentos da economia social. E' que as modificações técnicas da agricultura afetam a indústria, a tecnologia industrial afeta a agricultura e o comércio, por sua vez, afeta ambas. De sorte que essas interrelações tôdas levam à tona esta meredianna verdade de que o problema agrário é apenas parte dum programa nacional mais amplo. Muita razão teve, portanto, o eminente professor Schultz, da Universidade de Chicago, quando, aludindo ao relêvo dessas interrelações entre a agricultura e o resto da economia, exarou, em sua recente obra, "Agriculture In An Unstable Economy", o seguinte conceito: — "The basic causes for the farm problem — the low earnings of most farm people and the great instability of income from farming — are not *within* agriculture but elsewhere in our economy. The full picture of what needs to be done in our peacetime economy cannot be grasped without this knowledge of the relationship of agriculture to the rest of the economy".

Tôdas essas considerações têm tido marcado relêvo para a economia do Estado de São Paulo, mormente agora que se lhe antolham perspectivas muito sérias, criadas pelo encerramento da Segunda Guerra Mundial. Já passou a época em que nossa Secretaria da Agricultura constituia, acima de tudo, um imponente conglomerado de instituições técnicas preocupadas quase exclusivamente com as pesquisas no cam-

po da Zootecnia, da Genética, da Botânica, etc., com o intuito, inegavelmente louvável, de elevar a eficiência, e a rentabilidade de nossa produção agrária. Agora, voltaram-se as vistas para outras áreas do conhecimento técnico-científico, uma vez que as ciências naturais só por si não seriam capazes de garantir a estabilidade econômica da lavoura e pecuária de São Paulo. A prova do reconhecimento disso tudo está na elaboração do "Plano de Emergência" que, sob os auspícios do eminente Prof. José de Mello Moraes, então Secretário da Agricultura, no Governo do inolvidável Interventor Fernando Costa, foi posto em prática em 1945, tendo por estrutura básica a paridade de lucros para as culturas, por unidade de área. Reputamos o "Plano de Emergência" verdadeira estaca zero numa nova senda por que São Paulo passou a transitar, em questões de amparo e fomento de sua economia rural. Como muito bem acentuou seu ilustre idealizador e executor, Prof. José de Mello Moraes, a garantia de dito Plano não se limitou aos preços mínimos para o homem da terra, de vez que propiciava a garantia da venda dos excedentes do consumo interno, principalmente a "United Nations Relief And Rehabilitation Administration". Para se ter uma idéia do sucesso do Plano de Emergência, basta dizer-se que o valor pecuniário das colheitas de cereais se elevou a mais de quatro bilhões de cruzeiros.

São Paulo, sem dúvida, continuará palmilhando a estrada de seu alto apreço à Tecnologia, como tem feito até aqui com resultados altamente compensadores. E, evidentemente, jamais prescindiria disso, pois se preocupa por manter sua invejável prosperidade. Hoje em dia, porém, procura dar maior atenção aos problemas econômicos ligados à sua sobrevivência como uma das zonas geo-econômicas mais prósperas do globo. E' que terá sempre pela frente uma renhida batalha internacional de preços, que só a vencerá se souber articular a Tecnologia com uma organização econômica adequada de financiamento de sua agricultura. Tecnologia e Crédito Agrário serão, pois, as duas armas de luta da economia paulista. Não é preciso insistir sobre a importância deste último como elemento de que não poderemos nunca prescindir para a defesa e a emulação das atividades agrícolas. Tecnologia e Crédito Agrário constituem o binômio vital do bem-estar do lavrador. Mas, não basta que tenha êle excelentes conhecimentos acêrca da lavragem da terra, dos fertilizantes orgânicos e químicos, da irrigação e da drenagem do solo, etc., e se resolva, então, a por em prática tudo isso que compõe a seara da ciência agrônômica con-

temporânea. Não basta apenas isso, reiteramos, porque do ponto de vista do verdadeiro agricultor não nos devemos limitar apenas a êsse aspecto estritamente técnico da relação entre meios produtivos empregados e quantidades físicas produzidas. Devemos, ao contrário, ir muito mais além, para chegarmos ao problema do ajustamento dos meios de produção aplicados. Quer dizer que o lavrador tem de cogitar da obtenção da melhor combinação dos meios produtivos (terra, trabalho e capital) para lograr sempre os máximos rendimentos líquidos de sua empresa considerada como um todo orgânico, tal como a concebeu um grande mestre da ciência da Economia Rural moderna, que foi Aereboe.

O momento é, pois, para se sugerirem soluções. E uma delas, particularmente cara aos operosos lavradores de São Paulo, seria um organismo de crédito especializado, o Banco Rural. A propósito, tivemos oportunidade, nos Estados Unidos, de seguir de perto o modelar funcionamento da "Farm Credit Administration", órgão administrativo que exerce a supervisão dum amplo sistema nacional de unidades de crédito agrícola permanente e de numerosas outras organizações de crédito de emergência. Como era natural, nossas impressões foram as melhores possíveis. Deixaram-nos mesmo a convicção de que, ressalvadas as condições e as realidades do verdadeiro ambiente em que se movimenta a economia rural paulista, poderíamos idealizar e pôr em funcionamento uma organização oficial de crédito que se inspirasse nas linhas arquitetônicas mais salientes do modelo americano, capaz, portanto, de mobilizar, para organizar e desenvolver, as atividades da classe produtora da agricultura paulista.

A "Farm Credit Administration" foi criada em 1933 e inicialmente visava incluir todas as agências governamentais que concediam empréstimos aos lavradores. Logo depois, porém, o Congresso e o Presidente Roosevelt deram corpo a outras atividades de crédito agrário, destinadas a subministrar empréstimos sobre gêneros de consumo "commodity loans", empréstimos de reabilitação para as famílias rurais arruinadas e empréstimos de eletrificação para as cooperativas agrícolas. Contudo, a "Farm Credit Administration" continuou sendo a maior das organizações de crédito agrário do Governo norte-americano.

O que a caracteriza fundamentalmente é o fato de que não é uma organização destinada a conceder empréstimos. Limita-se apenas a coordenar as atividades de numerosas unidades de crédito, que fazem empréstimos à agricultura. A organização da "Farm Credit Administration" consiste de duas peças principais: — a sede em Washington e doze es-

critórios distritais. Como suplemento, existem as cooperativas de empréstimo locais, que são indiretamente parte da "Farm Credit Administration".

Trata-se, pois, duma complexa organização cujo embasamento se constitui da organização distrital, que abrange um "farm credit board" e um "advisory comitee". Seria de sumo interesse conhecer-se melhor em nosso meio essa estrutura crediária americana, pois se teria, assim, oportunidade de verificar como tudo é realmente modelar no terreno da assistência financeira ao lavrador norte-americano. Essa "farm credit board" ou "junta de crédito agrícola", por exemplo, é composta de sete membros, dos quais três são eleitos pelos tomadores do crédito nas agências locais e estas, por sua vez, formam parte de duas grandes unidades de crédito: — "Federal Land Bank" e a "Production Credit Corporation". As associações locais são chamadas "national farm loans associations" e "production credit associations", respectivamente. Caracterizam-se por serem associações cooperativas e é neste fato que se assenta a eficiência do funcionamento de toda a imensa e poderosa engrenagem do crédito agrário dos Estados Unidos. É que justamente através das cooperativas agrícolas que o governo leva a cabo a irrigação do crédito, de forma a chegar ao produtor em condições ajustadas às suas reais necessidades e efetivas possibilidades.

Falando-vos, assim, de cousas da América do Norte, fazemo-lo com a convicção de que será na utilíssima instituição do Cooperativismo que depararemos a solução dos nossos problemas agrários. Crédito agrícola e assistência técnica, de que tanto necessita nosso agricultor, só frutificarão convenientemente se existir a Cooperativa de lavradores para amparar, instruir e mesmo disciplinar a ação econômica dos que da terra arrancam o sustento diário.

Nossa agricultura vem reclamando uma reabilitação econômica imediata, dado o pandemônio de dificuldades que oprimem as atividades rurais: — falta de braços e inexistência de crédito agrário organizado, desequilíbrio e discrepâncias entre os sistemas de cultivo existentes, privilégios legais que têm permitido a nossa indústria manter fatores rígidos no sistema nacional de preços, ditadura ou quase isso de grupos organizados de interesses fabris, efeitos ruinosos da exploração às cegas da fertilidade natural dos nossos solos, empobrecimento químico e deterioração física de quase todos eles, com o conseqüente desequilíbrio nutritivo da terra agricultável, etc, etc.

E' bem verdade, digámo-lo de passagem, que, em numerosos casos, a crise atual da lavoura, no Brasil em geral, se viu agravada inicialmente pela ação de fatores estranhos ao nosso contróle. Assim, por exemplo, o colapso do sistema de comércio internacional, verificado com a Primeira Guerra Mundial, e os métodos totalitários de tráfico bilateral, influíram poderosamente, não há dúvida, sôbre uma ordem econômica que, duma maneira geral, se via baseada essencialmente na tendência para os mercados mundiais. Ora, nós não poderíamos fugir às consequências dessa profunda desintegração da economia mundial, onde os que mais sofreram foram precisamente, como é sabido, os países produtores de matérias primas de origem agrícola e de gêneros alimentícios. Por causa dessa patologia econômica tôda, caracterizada por severas restrições quantitativas sôbre o comércio de mercadorias, pelo contróle detalhado de tôdas as rubricas das balanças de pagamento e por uma intervenção a bem dizer completa sôbre as atividades econômicas internas e externas, vimo-nos compelidos a suportar perdas substanciais no volume e no valor de nossas exportações, estas dominadas sempre por vultosos contingentes de produtos agrícolas.

E' bem possível, portanto, que a essa progressiva desintegração de nossas relações comerciais externas se devesse, em certa medida, o fracasso relativo da eficiência tecnológica da nossa agricultura. Mas, seja qual for o fator precipuo, que responde pelo desajustamento econômico das massas rurais, o fato é que São Paulo já compreendeu que urge a utilização imediata de organizações técnicas capazes de promoverem a recuperação econômica do campo. E, na realidade, não há setor onde mais imprescindível se torne a cooperação entre os poderes públicos e a iniciativa particular, do que precisamente a lavoura. Por isso mesmo, em São Paulo o agricultor já vem compreendendo que não é lícito que tudo se exija do Govêrno, sem que o particular não concorra, também, com seu senso de responsabilidade e sua disciplina pessoal, para o bom êxito do programa de ação reclamado pelos interessados.

Essas organizações técnicas, a que acabamos de aludir, nada mais são do que as cooperativas de agricultores, que se vêm difundindo por tôdas as regiões do Estado, a fim de mobilizarem as energias dispersas, em benefício duma articulação orgânica da economia rural paulista. Essas cooperativas e as numerosas associações agro-pecuárias, são um índice de que o homem da terra está capacitando-se de que só mesmo através dum grande movimento de solidariedade

e cooperação econômicas é que afinal a agricultura logrará melhorar a parte maior que lhe deve caber da renda nacional.

Caminha-se, portanto, em São Paulo, por meio de uma salutar diversificação de seu parque agrícola, da difusão da tecnologia remodeladora de nossas práticas rurais e da organização econômica privada dos agricultores, para o desejado equilíbrio das forças sociais que operam no setor de sua agricultura.

Falta apenas que se resolva o velho problema do crédito agrário organizado. Ainda não está funcionando o anunciado Banco Rural, embora se deparem em São Paulo as condições necessárias para a segurança, solvabilidade e mobilização dos capitais financeiros adiantados aos lavradores. No dia em que isso se der, por certo iremos ver no grande Estado espetáculo igual àquele de bem-estar e fartura que conhecemos entre os "farmers" americanos de Iowa, em pleno "Corn Belt" da economia rural dos Estados Unidos. Ali, com efeito, num chão privilegiado, o lavrador se sente feliz em sua condição de colaborar com Deus na obra opima da natureza. Casa confortável, radio, telefone, "frigidaire", automóvel, estrada de concreto, trator e maquinaria agrícola, escola rural, celeiros fartos, tudo, em suma, a lhe sorrir no melhor dos mundos...

Resta-nos, como vos acabo de dizer, apenas essa realidade, para que São Paulo, contando com a inteligência e o dinamismo de suas massas rurais e realizando, destarte, prodígios em matéria de trabalho e produção, mais se avante ainda em sua condição privilegiada de orgulho da raça brasileira.

